TERMO DE REFERÊNCIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. \_\_\_\_\_\_/2025.

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:**

1.1. “CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED E MATERIAIS ELÉTRICOS, a fim de atender a SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.”

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** | | | | | | |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **CATMAT** | **UNIDADE** | **QUANT** | **VALOR UNITÁRIO** | **VALOR TOTAL** |
|  | **PARAFUSO** – ROSCA DUPLA 5/8” X 12” (16 X 75MM) EM CONFORMIDADE COM A NTC 811800 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, ACOMPANHA 4 PORCAS EM AÇO GALVANIZADO; | 628118 | PEÇA | 200 | R$ 17,22 | R$ 3.444,00 |
|  | **PARAFUSO** – ROSCA DUPLA 5/8” X 12” (16 X 400MM) EM CONFORMIDADE COM A NTC 811800 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, ACOMPANHA 4 PORCAS EM AÇO GALVANIZADO; | 628118 | PEÇA | 50 | R$ 25,35 | R$ 1.267,50 |
|  | **PARAFUSO** – ROSCA DUPLA 5/8” X 12” (16 X 300MM) EM CONFORMIDADE COM A NTC 811800 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: EM AÇO GALVANIZADO A FOGO, ACOMPANHA 4 PORCAS EM AÇO GALVANIZADO; | 628118 | PEÇA | 600 | R$ 22,02 | R$ 13.212,00 |
|  | **CINTA** – PARA POSTE DE SEÇÃO CIRCULAR 200MM EM CONFORMIDADE COM A NTC 811701 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: AÇO CARBONO. COPANT 1010 a 1020; ACABAMENTO: A CINTA DEVE APRESENTAR SUPERFÍCIE CONTÍNUA E UNIFORME, EVITANDO-SE SALIÊNCIAS PONTIAGUDAS, ARESTAS CORTANTES, CANTOS VIVOS OU QUALQUER OUTRA IMPERFEIÇÃO. AS PARTES ZINCADAS DEVEM ESTAR ISENTAS DE ÁREAS REVESTIDAS E IRREGULARIDADES, TAIS COMO AS INCLUSÕES DE FLUXO, BORRAS OU OUTROS DEFEITOS; GALVANIZADO A FOGO; ACOMPANHAR PARAFUSOS E PORCAS PARA 100FIXAÇÃO. | 472601 | PEÇA | 50 | R$ 37,77 | R$ 1.888,50 |
|  | **CINTA** – PARA POSTE DE SEÇÃO CIRCULAR 180MM EM CONFORMIDADE COM A NTC 811701 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: AÇO CARBONO. COPANT 1010 a 1020; ACABAMENTO: A CINTA DEVE APRESENTAR SUPERFÍCIE CONTÍNUA E UNIFORME, EVITANDO-SE SALIÊNCIAS PONTIAGUDAS, ARESTAS CORTANTES, CANTOS VIVOS OU QUALQUER OUTRA IMPERFEIÇÃO. AS PARTES ZINCADAS DEVEM ESTAR ISENTAS DE ÁREAS REVESTIDAS E IRREGULARIDADES, TAIS COMO AS INCLUSÕES DE FLUXO, BORRAS OU OUTROS DEFEITOS. GALVANIZADO A FOGO, ACOMPANHAR PARAFUSOS E PORCAS PARA FIXAÇÃO. | 472601 | PEÇA | 50 | R$ 54,03 | R$ 2.701,50 |
|  | **POSTE** – PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA C/ SUPORTE PARA UMA LUMINÁRIA LED FABRICADO EM AÇO REFORÇADO GALVANIZADO A FOGO COM BASE E CHUMBADORES; TIPO: TELECÔNICO REFORÇADO; ALTURA: 4 METROS (ÚTIL); DIÂMETRO: 86MM (BASE) / 60,3MM (TOPO) | 330330 | PEÇA | 100 | R$ 943,65 | R$ 94.365,00 |
|  | **PARAFUSO** – ROSCA DUPLA 5/8” X 18” (16 X 450MM) EM CONFORMIDADE COM A NTC 811800 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: EM AÇO GALVANIZADO A FOGO; ACOMPANHA 4 PORCAS EM AÇO GALVANIZADO; | 628118 | PEÇA | 200 | R$ 29,49 | R$ 5.898,00 |
|  | **CONECTOR** – DE DERIVAÇÃO PERFURANTE PRINCIPAL: 10 – 95MM²; DERIVAÇÃO: 1,5 – 10MM²; APLICAÇÃO: CONDUTORES ISOLADOS DE ALUMÍNIO E/OU COBRE COM ISOLAÇÕES EM XLPE / PE (0,6 / 1 KV) E/OU PVC (750V); MATERIAL: POLIMÉRICO RESISTENTE À INTEMPÉRIES, AOS RAIOS ULTRAVIOLETA E DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, CONTATOS DENTADOS EM COBRE DE ALTA CONDUTIVIDADE ELÉTRICA, PARAFUSO E ARRUELA EM AÇO ZINCADO ELETROLÍTICO E PORCA EM ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA. | 629075 | PEÇA | 500 | R$ 11,09 | R$ 5.545,00 |
|  | **CINTA** – PARA POSTE DE SEÇÃO CIRCULAR 170MM EM CONFORMIDADE COM A NTC 811701 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: AÇO CARBONO, COPANT 1010 a 1020; ACABAMENTO: A CINTA DEVE APRESENTAR SUPERFÍCIE CONTÍNUA E UNIFORME, EVITANDO-SE SALIÊNCIAS PONTIAGUDAS, ARESTAS CORTANTES, CANTOS VIVOS OU QUALQUER OUTRA IMPERFEIÇÃO. AS PARTES ZINCADAS DEVEM ESTAR ISENTAS DE ÁREAS REVESTIDAS E IRREGULARIDADES TAIS COMO AS INCLUSÕES DE FLUXO, BORRAS OU OUTROS DEFEITOS; GALVANIZADO A FOGO; ACOMPANHA PARAFUSOS E PORCAS PARA FIXAÇÃO. | 472601 | PEÇA | 50 | R$ 42,57 | R$ 2.128,50 |
|  | **BRAÇO** – DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA TIPO BR-3 EM CONFORMIDADE COM A NTC 813951 HOMOLOGADA PELA COPEL; MATERIAL: AÇO CARBONO, COPANT 1010 a 1020; REVESTIMENTO: GALVANIZAÇÃO A QUENTE; PROTEÇÃO SUPERFICIAL: ZINCADOS POR IMERÇÃO A QUENTE; OS BRAÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DEVEM SER ISENTOS DE REBARBAS, CANTOS VIVOS, ACHATAMENTOS DE SEÇÕES OU OUTROS DEFEITOS INCOMPATÍVEIS COM O SEU USO. A ZINCAGEM DEVE SER FEITA APÓS A FABRICAÇÃO, FURAÇÃO, SOLDAGEM E IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA. QUANTO AO ASPECTO VISUAL, AS PARTES ZINCADAS DEVEM ESTAR ISENTAS DE ÁREAS NÃO REVESTIDAS E IRREGULARIDADES TAIS COMO INCLUSÃO DE FLUXO E DE BORRAS OU OUTROS DEFEITOS. | 612229 | PEÇA | 200 | R$ 189,40 | R$ 37.880,00 |
|  | **LUMINÁRIA PÚBLICA** – TECNOLOGIA LED:  POTÊNCIA: 100 W.  TENSÃO: 110 V/220 V (bivolt automática) ou 220 Vac;  FREQUÊNCIA: 60 Hz;  FLUXO LUMINOSO: ≥11.000 lm;  EFICIÊNCIA LUMINÁRIA: ≥110 Im/W;  CONTROLADOR/DRIVER: Integrado;  ESTRUTURA: em alumínio injetado ou extrudado;  ÂNGULO DE ABERTURA: Tipo II Médio;  PINTURA: Eletrostática  BASE PARA RELÉ: 03 pinos ou 07 pinos padrão NEMA;  SISTEMA/SUPORTE DE FIXAÇÃO: para braços de 33 a 60 mm ou acompanhar adaptador com regulagem de ângulo;  LENTE: vidro temperado ou conjunto ótico polimérico;  LED: SMD ou COB com vida útil (L70) igual ou superior a 50.000 horas;  CLASSE DO EQUIPAMENTO: Classe I;  TEMPERATURA DE COR: 4000K a 5000K;  FATOR DE POTÊNCIA (FP): ≥0,92;  DISTORÇÃO HARMÔNICA (THD): ≤10%;  ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC): ≥70%;  PROTETOR CONTRA SURTOS: 10 kV;  GRAU DE PROTEÇÃO (IP): mínimo IP66;  PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS: mínimo IK-08;  TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C a 50 °C;  ENTREGA: acompanhado 05 (cinco) metros de cabo PP 2x2,5mm²;  CERTIFICAÇÃO NO INMETRO: conforme Portaria N° 62 de 17 de fevereiro de 2022 e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; APRESENTAR: AS CERTIFICAÇÕES/LAUDOS conforme TERMO DE REFERÊNCIA e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; As LUMINÁRIAS devem possuir registro ativo no INMETRO e Certificado PROCEL para atendimento as exigências do PEE da ANEEL; APRESENTAR CERTIFICADO DE GARANTIA: mínimo de 05 anos. | 628030 | PEÇA | 1000 | R$ 401,79 | R$ 401.790,00 |
|  | **LUMINÁRIA PÚBLICA** – TECNOLOGIA LED:  POTÊNCIA: 50 W.  TENSÃO: 110 V/220 V (bivolt automática) ou 220 Vac;  FREQUÊNCIA: 60 Hz;  FLUXO LUMINOSO: ≥5.500 lm;  EFICIÊNCIA LUMINÁRIA: ≥110 Im/W;  CONTROLADOR/DRIVER: Integrado;  ESTRUTURA: em alumínio injetado ou extrudado;  ÂNGULO DE ABERTURA: Tipo II Médio;  PINTURA: Eletrostática  BASE PARA RELÉ: 03 pinos ou 07 pinos padrão NEMA;  SISTEMA/SUPORTE DE FIXAÇÃO: para braços de 33 a 60 mm ou acompanhar adaptador com regulagem de ângulo;  LENTE: vidro temperado ou conjunto ótico polimérico;  LED: SMD ou COB com vida útil (L70) igual ou superior a 50.000 horas;  CLASSE DO EQUIPAMENTO: Classe I;  TEMPERATURA DE COR: 4000K a 5000K;  FATOR DE POTÊNCIA (FP): ≥0,92;  DISTORÇÃO HARMÔNICA (THD): ≤10%;  ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC): ≥70%;  PROTETOR CONTRA SURTOS: 10 kV;  GRAU DE PROTEÇÃO (IP): mínimo IP66;  PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS: mínimo IK-08;  TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C a 50 °C;  ENTREGA: acompanhado 05 (cinco) metros de cabo PP 2x2,5mm²;  CERTIFICAÇÃO NO INMETRO: conforme Portaria N° 62 de 17 de fevereiro de 2022 e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; APRESENTAR: AS CERTIFICAÇÕES/LAUDOS conforme TERMO DE REFERÊNCIA e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; As LUMINÁRIAS devem possuir registro ativo no INMETRO e Certificado PROCEL para atendimento as exigências do PEE da ANEEL; APRESENTAR CERTIFICADO DE GARANTIA: mínimo de 05 anos. | 628030 | PEÇA | 100 | R$ 476,43 | R$ 47.643,00 |
|  | **LUMINÁRIA PÚBLICA** – TECNOLOGIA LED:  POTÊNCIA: 150 W.  TENSÃO: 110 V/220 V (bivolt automática) ou 220 Vac;  FREQUÊNCIA: 60 Hz;  FLUXO LUMINOSO: ≥16.500 lm;  EFICIÊNCIA LUMINÁRIA: ≥110 Im/W;  CONTROLADOR/DRIVER: Integrado;  ESTRUTURA: em alumínio injetado ou extrudado;  ÂNGULO DE ABERTURA: Tipo II Médio;  PINTURA: Eletrostática  BASE PARA RELÉ: 03 pinos ou 07 pinos padrão NEMA;  SISTEMA/SUPORTE DE FIXAÇÃO: para braços de 33 a 60 mm ou acompanhar adaptador com regulagem de ângulo;  LENTE: vidro temperado ou conjunto ótico polimérico;  LED: SMD ou COB com vida útil (L70) igual ou superior a 50.000 horas;  CLASSE DO EQUIPAMENTO: Classe I;  TEMPERATURA DE COR: 4000K a 5000K;  FATOR DE POTÊNCIA (FP): ≥0,92;  DISTORÇÃO HARMÔNICA (THD): ≤10%;  ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC): ≥70%;  PROTETOR CONTRA SURTOS: 10 kV;  GRAU DE PROTEÇÃO (IP): mínimo IP66;  PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS: mínimo IK-08;  TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C a 50 °C;  ENTREGA: acompanhado 05 (cinco) metros de cabo PP 2x2,5mm²;  CERTIFICAÇÃO NO INMETRO: conforme Portaria N° 62 de 17 de fevereiro de 2022 e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; APRESENTAR: AS CERTIFICAÇÕES/LAUDOS conforme TERMO DE REFERÊNCIA e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; As LUMINÁRIAS devem possuir registro ativo no INMETRO e Certificado PROCEL para atendimento as exigências do PEE da ANEEL; APRESENTAR CERTIFICADO DE GARANTIA: mínimo de 05 anos. | 628030 | PEÇA | 300 | R$ 605,86 | R$ 181.758,00 |
|  | **LUMINÁRIA PÚBLICA** – TECNOLOGIA LED:  POTÊNCIA: 80 W.  TENSÃO: 110 V/220 V (bivolt automática) ou 220 Vac;  FREQUÊNCIA: 60 Hz;  FLUXO LUMINOSO: ≥8.800 lm;  EFICIÊNCIA LUMINÁRIA: ≥110 Im/W;  CONTROLADOR/DRIVER: Integrado;  ESTRUTURA: em alumínio injetado ou extrudado;  ÂNGULO DE ABERTURA: Tipo II Médio;  PINTURA: Eletrostática  BASE PARA RELÉ: 03 pinos ou 07 pinos padrão NEMA;  SISTEMA/SUPORTE DE FIXAÇÃO: para braços de 33 a 60 mm ou acompanhar adaptador com regulagem de ângulo;  LENTE: vidro temperado ou conjunto ótico polimérico;  LED: SMD ou COB com vida útil (L70) igual ou superior a 50.000 horas;  CLASSE DO EQUIPAMENTO: Classe I;  TEMPERATURA DE COR: 4000K a 5000K;  FATOR DE POTÊNCIA (FP): ≥0,92;  DISTORÇÃO HARMÔNICA (THD): ≤10%;  ÍNDICE DE REPRODUÇÃO DE CORES (IRC): ≥70%; PROTETOR CONTRA SURTOS: 10 kV;  GRAU DE PROTEÇÃO (IP): mínimo IP66; PROTEÇÃO CONTRA IMPACTOS MECÂNICOS: mínimo IK-08; TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C a 50 °C; ENTREGA: acompanhado 05 (cinco) metros de cabo PP 2x2,5mm²; CERTIFICAÇÃO NO INMETRO: conforme Portaria N° 62 de 17 de fevereiro de 2022 e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; APRESENTAR: AS CERTIFICAÇÕES/LAUDOS conforme TERMO DE REFERÊNCIA e a apresentação do certificado será na etapa de apresentação de proposta atualizada/ajustada; As LUMINÁRIAS devem possuir registro ativo no INMETRO e Certificado PROCEL para atendimento as exigências do PEE da ANEEL; APRESENTAR CERTIFICADO DE GARANTIA: mínimo de 05 anos. | 628030 | PEÇA | 100 | R$ 452,34 | R$ 45.234,00 |
|  | **CAPA LIGADA** – BIVOLT; 127 - 220V ~ 50/60 HZ; POLICARBONATO ESTABILIZADO U.V; POTÊNCIA DE COMANDO 1000W - 15ª; ÍNDICE DE PROTEÇÃO IP66. |  | PEÇA | 500 | R$ 97,25 | R$ 48.625,00 |
|  | **RELÊ FOTOCONTROLADOR SINCRONIZADO** – TENSÃO: 105 A 305 V; FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; POTÊNCIA: 1000 W / 1200 VA – 1800 VA / 500 VA – FP ≥ 0,92; CONSUMO: MENOR QUE 0,4 W; PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO: ELETRÔNICO; TIPO DE CONTATO: NF, LIGA AO ANOITECER E DESLIGA AO AMANHECER; INVÓLUCRO: TAMPA EM POLICARBONATO AZUL COM PROTEÇÃO UV, BASE EM POLICARBONATO SOLDADO POR ULTRASSOM;  DURABILIDADE DOS CONTATOS: MAIOR QUE 40.000 OPERAÇÕES; TENSÃO DE SURTO: 10.000 V; RIGIDEZ DIELÉTRICA: 2.500 V; SENSOR: FOTOTRANSISTOR DE SILÍCIO; MAPA DE MARCAÇÃO: INDELÉVEL; PINOS: LATÃO ESTANHADO; GAXETA DE VEDAÇÃO: EVA;  PROTEÇÃO: IP 66 OU IP 67; DIMENSÕES: Ø75,8 X 52,4 MM; PESO: 56 G; GARANTIA: 5 ANOS; NORMA TÉCNICA: NBR 5123/16; LIGA ENTRE 5 A 15 LUX E DESLIGA NO MÁXIMO COM 30 LUX; RETARDO DE APROXIMADAMENTE 1,5 SEGUNDOS NO ACIONAMENTO E DE 5 SEGUNDOS NO DESACIONAMENTO, TORNANDO O RELÉ INSENSÍVEL A VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE; ACIONAMENTO DOS CONTATOS SINCRONIZADOS COM A PASSAGEM PELO ZERO NA TENSÃO DA REDE ELÉTRICA. |  | PEÇA | 2000 | R$ 41,91 | R$ 83.820,00 |
| PREÇO MÁXIMO: | | | | | R$ 977.200,00 | |

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme artigo 384 e seguintes do Decreto Municipal 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos no Edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3.1. A presente contratação não se trata de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações do governo, pois, enquadra-se no entendimento de se tratar de despesa destinada ao custeio de atividades rotineiras e habituais do ente, não havendo necessidade de elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro ou de declaração do ordenador de despesa de que o aumento possui adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e a LDO na forma disposta nos Art. 16 e 17 da Lei complementar n.º 101/2020 – LRF.

1.4. O prazo de vigência do contrato será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, na forma do artigo 404 do Decreto 3.537, de 09 de maio de 2023.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no **PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2025**, conforme publicação no Diário Oficial do Município de Bandeirantes, ou o que vier a substituí-lo, podendo ser acessado pelo sítio eletrônico: [www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico](http://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico).

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

1. 3.1. A fim de manter o pleno cumprimento dos serviços e obras realizados no município, necessária se faz a aquisição dos itens descritos neste Termo de Referência.

**3.2. NATUREZA DO SERVIÇO:**

3.2.1. Contratação.

**3.3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À CONTRATAÇÃO**

3.3.1.A contratação deverá obedecer, no que couber:

3.3.2. Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

3.3.3. Decreto Municipal nº 3.537/2023.

3.3.4. Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

3.3.5. Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

**3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**

3.4.1. Conforme descritivos e documentos anexos à contratação.

**3.5. DA SUBCONTRATAÇÃO**

3.5.1.Não será permitida a subcontratação integral e parcial do objeto.

**3.6. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S**

3.6.1. Nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014, poderão participar MEI'S, ME's ou EPP's, concorrendo com os benefícios legais desde que o ramo de atividade seja compatível com o objeto, aplicando-se ainda os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014.

**3.7. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO:**

3.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal técnico e administrativo do contrato **RICHARD DAMASCENO DE ARAÚJO – MATRÍCULA 5045.**

3.7.2. Não haverá assessoria de planejamento.

3.7.3. A gestão do contrato deverá ser realizada por: **CLAUDIA JANZ DA SILVA – MATRÍCULA 4648.**

3.7.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.7.5. Deve ser atentado para o disposto do Decreto Municipal 3.537/2023, quanto as atribuições do gestor e fiscal do contrato.

3.7.6. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.7.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.7.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

3.7.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.7.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

3.7.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

3.7.15. O gestor do contrato, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

3.7.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.7.18. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

3.7.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.7.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**3.8. DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

3.8.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: **09/2025.**

3.8.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: conforme demanda.

3.8.3. Data início da execução: **09/2025.**

3.8.4. Durante a vigência do contrato, a Contratada fica obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados.

**3.8. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

3.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, seja através de seguro garantia, caução em dinheiro ou fiança bancária.

**3.9. DO PAGAMENTO**

3.9.1. Considerando que não demanda a presente contratação de exigência de garantia e execução de serviços, não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas à prestação de serviços.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. SUSTENTABILIDADE**

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.2. Conforme Decreto Municipal 3.537/2023, art. 361 e seguintes, na aquisição de bens e na contratação de serviços, no que for pertinente aos itens e/ou serviços da contratação, a Administração adotará, sempre que possível, práticas e/ou critérios sustentáveis, quais sejam:

4.1.3. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

4.1.4. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

4.1.5. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

4.1.6. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

4.1.7. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

4.1.8. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

4.1.9. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e serviços contratados.

4.1.10. Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

4.1.11. A Administração poderá considerar, como critério de seleção dos licitantes e contratantes interessados, produtos e serviços ambiental e socialmente sustentáveis, quando comparados aos outros produtos e serviços que servem à mesma finalidade, devendo ser considerados, para tanto, a origem dos insumos, forma de produção, manufatura, embalagem, distribuição, destino, utilização de produtos recicláveis, operação, manutenção e execução do serviço.

4.1.12. O contratado adotará as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

4.1.13. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT.

4.1.14. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.15. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.16. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.17. A comprovação deverá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

4.1.18. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada.

4.1.19. Caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

4.1.20. Caberá ao contratado apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

4.1.21. Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

4.1.22. Não serão admitidas as empresas licitantes condenadas por condutas derivadas de atividades lesivas ao meio ambiente, após sentença condenatória transitada em julgado, consoante à Lei 9.605/1998.

*Observação: O item 4.2. foi excluído deste Termo de Referência. Não serão admitidas indicações de marcas, características ou modelos. Para tanto, são impertinentes justificativas nos Estudos Técnicos Preliminares.*

*Observação: O item 4.3. foi excluído deste Termo de Referência. Não serão admitidas vedações de marcas*~~,~~ *características ou modelos. Para tanto, são impertinentes justificativas nos Estudos Técnicos Preliminares.*

*Observação: Do item 4.4. ao 4.14. foram excluídos deste Termo de Referência. Não haverá exigência de amostras após o aceite de proposta quanto ao valor.*

*Observação: O item 4.15. foi excluído deste Termo de Referência. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante que assegure a execução do contrato.*

4.16. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art96).

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Condições de Entrega**

5.2. As liquidação deve ocorrer de forma fracionada, conforme demanda da área requisitante.

5.3. O fornecedor terá 30 (trinta) dias úteis para prestar, contados do envio da nota de empenho e solicitação de fornecimento, que ocorrerá preferencialmente por meio eletrônico, ao endereço de e-mail informado pela adjudicatária quando da assinatura do contrato.

5.4. Caso não seja possível a entrega na data indicada acima, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.1. As aquisições poderão ser fracionadas, desta forma os locais para entrega serão informados no ato do pedido.

5.4.2. Caso o local para entrega tenha como acesso via de escada, fica o fornecedor ciente da obrigação de entregar até o andar indicado pela área requisitante, não cabendo qualquer ônus ao município a este título.

*Observação: O item 5.5. foi excluído deste Termo de Referência. Os itens descritos não se tratam de produtos perecíveis, sendo impertinente a indicação de prazo de validade razoável recomendado pelo fabricante.*

5.4.3. A contratada deverá disponibilizar as operações necessárias para a entrega efetiva do objeto, quais sejam:

5.4.4. Transporte adequado e entrega segura do objeto solicitado.

5.4.5. Equipe adequada para transportar, entregar e movimentar no local definido pela Solicitação de Fornecimento, inclusive no interior das dependências da Administração.

5.4.6. Tratando-se de objeto superior a sessenta quilos, deverá a contratada providenciar equipamentos e pessoal adequados para mover o objeto nas dependências da Administração e posicioná-los no local definido pelo servidor público efetivo designado para recebê-lo.

5.4.7. Considera-se equipamento e pessoal adequados os empregados da contratada ou empresa contratada pela licitante para entregar, inclusive as máquinas para a movimentação e armazenagem de materiais, e profissionais capacitados para operá-las com segurança.

5.4.8. As despesas decorrentes destas operações correram por conta da licitante e não serão admitidos qualquer ônus/custos adicionais para o Município.

5.6. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.7. O prazo de garantia contratual dos itens, complementar à garantia legal, será de no mínimo 90 (noventa) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento definitivo do objeto.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter o(s) produto(s) fornecidos em perfeitas condições de uso/consumo, sem qualquer ônus/custo adicional para o município.

5.9. O custo referente ao transporte dos itens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.10. Os itens que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos fornecidos.

5.11. Uma vez notificado, o fornecedor realizará a substituição dos itens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do objeto das dependências da Administração pelo fornecedor ou por ele delegada a tarefa de fazê-lo.

5.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.13. Decorrido o prazo para substituição, sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para realizar ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos itens.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5.1. Os gestores e fiscais da execução do objeto são os indicados na **PORTARIA Nº 2.136/2025**, ou a que vier a substituí-la.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 163).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 11, §1º[)](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/Decreto/D11246.htm#art22);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, II);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12, §7º).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 201 do Decreto nº. 3.537, de 09 de maio de 2023, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 12).

6.11. O gestor do contrato elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023, art. 10).

**Das infrações e sanções administrativas**

6.12. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, o fornecedor que:

I. der causa à inexecução parcial do contrato;

II. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. der causa à inexecução total do contrato;

IV. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

V. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

VI. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VII. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.13. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV do item 6.12 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII do item 17 acima, bem como os incisos II, III e IV do item 17 acima, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

b) moratória de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. O atraso superior a 10 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

c) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

V. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

VI. Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

VII. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

VIII. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

IX. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

X. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

XI. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

XII. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

**6.14. DA VIGÊNCIA:**

6.15. A validade da será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente a data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso para Administração.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:**

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material/serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. A modalidade adequada para esta contratação trata-se da Pregão/Contrato/Ata de Registro de Preço.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do § 4º, do art. 39 do Decreto Municipal nº. 3537, de 09 de maio de 2023, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme a legislação aplicável.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 160 do Decreto Municipal nº 3735, de 09 de maio de 202](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art75)3.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art68)

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, conforme o art. 35, parágrafo único do Decreto nº 3.537, de 09 de maio de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC de correção monetária.

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.24. Esta contratação não permitirá a antecipação total e/ou parcial.

*Observação: Do item 7.33. ao 7.37. foram excluídos desse Termo de Referência. Não será admitida cessão de crédito.*

**8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **PREGÃO ELETRÔNICO.**

*Observação: O item 8.2.1. foi excluído deste Termo de Referência. O presenta contratação não se refere a inexigibilidade.*

**8.3. Exigências de habilitação**

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5. Habilitação jurídica.

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.6.1. Atestado de capacidade técnica emitido, preferencialmente, por pessoa jurídica de direito público, ou pessoa jurídica de direito privado.

8.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.7.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7.2. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, à qual será considerada como sua sede, conforme a legislação aplicável.

*Observação: O item 8.8. foi excluído desse Termo de Referência. Não serão admitidas sociedades simples nesta contratação.*

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. Não se aplicará a presente possibilidade de participação de cooperativas considerando que a natureza do objeto a ser adquirido não se enquadrar no conceito do Art. 2º da Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012.

*Observação: Os itens 8.11. e 8.12. foram excluídos desse Termo de Referência. Não serão admitidos licitantes relativos à agricultura familiar e/ou produtor rural.*

8.13. Não será exigido **ato de autorização** para o exercício da atividade, observadas, entretanto, as exigências legais pertinentes à regularização do atividade empresária.

8.14. Não será permitido o consorciamento de empresas, justificando-se uma vez que o objeto em si mesmo é comercializado por várias empresas do ramo, sendo desnecessária a formação de consórcio para o cumprimento das obrigações de fornecimento.

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**8.22.1. Qualificação Econômico-Financeira**

8.22.2. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato.

*Observação: O item 8.23. foi excluído desse Termo de Referência. Não será exigida a certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.*

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm#art69)).

*Observação: O item 8.25. foi excluído desse Termo de Referência. Não serão exigidos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme instrução do Departamento de Licitações e Contratos do Município de Bandeirantes.*

*Observação: O item 8.26. foi excluído desse Termo de Referência. Não será exigido, para fins de habilitação, que o patrimônio líquido mínimo da empresa corresponda a 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.*

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**8.29.1. Qualificação Técnica**

*Observação: Os itens 8.29.2. até 8.29.11. foram excluídos desse Termo de Referência, pois os mesmos não se aplicam ao objeto contratado.*

8.29.12. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** emitido, preferencialmente, por pessoa jurídica de direito público, ou pessoa jurídica de direito privado

8.29.13. A Contratada deverá apresentar Declaração de que a empresa não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

**9. ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é **R$ 977.200,00** (novecentos e setenta e sete mil e duzentos reais).

9.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade e os tributos que eventualmente possam sobre eles incidir, bem como as demais despesas diretas e indiretas, vedada a possibilidade do preponente reivindicar custos adicionais diretos ou indiretos.

**10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.

10.2. A contratação será atendida pelas respectivas dotações:

|  |
| --- |
| **DOTAÇÃO, DESCRIÇÃO E RECURSO** |
| Créditos orçamentários:  26 - 02.003.04.122.0405.2012.3.3.90.30.00 / 00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - COSIP - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 149-A, CF;  35 - 02.003.04.122.0405.2012.4.4.90.52.00 / 00507/00507.99.99.00.00.1.751.0000 - COSIP - CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ART. 149-A, CF. |

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Bandeirantes, 15 de junho de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CLAUDIA JANZ DA SILVA**

**Secretário(a) Municipal de Administração**